

REFLEXÕES SOBRE “ESCOLA JUSTA” NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIÁLOGOS ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Gianini Nery Mota

Universidade Santa Úrsula.

<https://orcid.org/0000-0003-3961-0722>

Cintia Mariza do Amaral Moreira

Universidade Santa Úrsula.

<https://orcid.org/0000-0002-6236-1288>

Ana Carolina de Gouvea Dantas Motta

Universidade Santa Úrsula.

<http://orcid.org/0000-0001-5918-6274>

Juliano Melquiades Vianello

Universidade Santa Úrsula

<https://orcid.org/0000-0001-6937-3049>

Data de submissão: 01/11/2021

Data de aprovação: 08/04/2022

RESUMO

Objetiva-se uma ação solidária de estímulo ao respeito entre professor e aluno no ensino superior, para a prevenção à violência escolar, a partir de pesquisa e produto. Acolheu-se a noção “escola justa”, com Schilling (2012, 2016, 2017, 2018), sugerindo-se ação preventiva e desenvolvimento de produto. A revisão de literatura partiu da base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), aplicando-se a técnica de análise de palavras-chave. Do campo temático violência escolar: selecionou-se 28 (vinte e oito) dissertações, 09 (nove) artigos e 06 (seis) teses, pesquisados entre 2015 e 2020. A partir de Schilling (2016) prosseguiu-se à revisão de literatura, alcançando-se 07 (sete) produções focadas na noção “escola justa”. A pesquisa produziu apontamentos sobre a dignidade da pessoa humana e a noção de conflito; e pesquisou o termo violência escolar, em trabalhos sobre o Ensino Fundamental, Médio e Superior. O desenvolvimento do produto, constituído por programa preventivo em forma de jogral, valeu-se de: um roteiro com hierarquia de falas sobre escola justa, a partir de Schilling (2012); uma estrutura com uma sequência de atividades para os encontros, a partir de ‘Jogos Teatrais’, Spolin (2008); e do aporte de leituras brincadas, sob a inspiração de ‘De rodas de leitura ao caleidoscópio’, Moreira (2011). O roteiro apresentado formatou as bases de um caderno de boas práticas no ambiente escolar, propondo-se trabalhar a noção de escola justa como detonador da percepção da violência escolar, no âmbito no ensino superior.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana, violência escolar, escola justa; direito à educação, sociedades pacíficas.

REFLECTIONS ON "FAIR SCHOOL" IN HIGHER EDUCATION: DIALOGUES BETWEEN TEACHER AND STUDENT.

ABSTRACT

The objective is a solidary action to encourage respect between teacher and student in higher education, for the prevention of school violence, based on research and product. The notion "fair school" was accepted, with Schilling (2012, 2016, 2017, 2018), suggesting preventive action and product development. The literature review started from the database of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT), through the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), applying the technique of keyword analysis. From the thematic field of school violence: 28 (twenty-eight) dissertations, 09 (nine) articles and 06 (six) theses, researched between 2015 and 2020, were selected, reaching 07 (seven) productions focused on the notion "fair school". The research produced notes on the dignity of the human person and the notion of conflict; and researched the term school violence, in works on Elementary, Middle and Higher Education. The development of the product, consisting of a preventive program in the form of a gamer, made use of: a script with a hierarchy of speeches about a fair school, based on Schilling (2012); a structure with a sequence of activities for the meetings, from 'Theatrical Games', Spolin (2008); and the contribution of playful readings, under the inspiration of 'From reading wheels to the kaleidoscope', Moreira (2011). The script presented formed the basis of a notebook of good practices in the school environment, proposing to work on the notion of fair school as a trigger for the perception of school violence, in the context of higher education.

Keywords: *dignity of human person, school violence, fair school. right to education, peaceful societies.*

REFLEXIONES SOBRE LA “ESCUELA JUSTA” EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: DIÁLOGOS ENTRE PROFESOR Y ALUMNO.

RESUMEN

El objetivo es una acción solidaria para fomentar el respeto entre docente y estudiante de educación superior, para la prevención de la violencia escolar, a partir de investigación y producto. Se aceptó la noción de “escuela justa”, con Schilling (2012, 2016, 2017 y 2018), sugiriendo acción preventiva y desarrollo de productos. La revisión de la literatura partió de la base de datos del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICT), a través de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD), aplicando la técnica de análisis de palabras clave. Del campo temático de la violencia escolar: fueron seleccionados 28 (veintiocho) disertaciones, 09 (nueve) artículos y 06 (seis) tesis, investigados entre 2015 y 2020, llegando a 07 (siete) producciones centradas en la noción “escuela justa”. La investigación produjo apuntes sobre la dignidad de la persona humana y la noción de conflicto; e investigó el término violencia escolar, en trabajos de Educación Básica, Media y Superior. El desarrollo del producto, consiste en un programa preventivo en forma de gamer, hizo uso de: un guión con una jerarquía de discursos sobre una escuela justa, basado en Schilling (2012); una estructura con una secuencia de actividades para los encuentros, de 'Theatrical Games', Spolin (2008); y el aporte de las

lecturas lúdicas, bajo la inspiración de ‘De las ruedas de lectura al caleidoscopio’, Moreira (2011). El guión presentado constituyó la base de un cuaderno de buenas prácticas en el ámbito escolar, proponiendo trabajar la noción de escuela justa como detonante de la percepción de violencia escolar, en el contexto de la educación superior.

Palabras clave: *dignidad de la persona humana; la violencia escolar; escuela justa. derecho a la educación; sociedades pacíficas.*

1 INTRODUÇÃO

Conflitos levam à violência no âmbito do aprendizado, podendo ser exteriorizados de várias formas, inclusive, em violência física.

Ocorrendo essa violência, indubitavelmente haverá uma colisão entre o princípio da ‘dignidade da pessoa humana’ (BRASIL, 1988) e a qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse conflito.

Não obstante, sendo o ambiente de aprendizado um local democrático, pois visa proporcionar a todos os que nele estão inseridos um crescimento intelectual e social, ele acaba por não ser apenas um local de formação, mas um lugar de reprodução ou produção de conflitos, geralmente, sociais.

Conforme mencionado por Schilling (2016), vários podem ser os motivos dessas divergências, como por exemplo, aquilo do que é justo ou injusto para professores e alunos, podendo tais divergências partirem de agressões verbais e evoluírem para agressões físicas.

Derrida (2007, p. 33) ensina ainda que “[...] a violência começa quando todos os parceiros de uma comunidade não compartilham totalmente o mesmo idioma.”

Nesse contexto, Schilling (2016) cita os ensinamentos de Derrida (2007), referenciando que o idioma mencionado não está atrelado à língua falada, mas, à convergência do entendimento a partir da discussão de ideias entre os que estão inseridos no ambiente de aprendizado.

Com a intenção de recortar o campo temático de reflexão e eleger uma situação problemática para estudo mais aprofundado, com interesse em desenvolver um produto voltado para a prevenção de situações de violência escolar, partiu-se do contato com pesquisas relativas à violência escolar, para alcançar ações e programas de estímulo ao respeito entre professor e aluno. O encaminhamento nos pareceu inovador. O fato da aproximação com um campo de pesquisa, levar ao desenvolvimento de um produto, com uma aplicação prática.

O procedimento nos aproximou, de um lado, de documentos de pesquisa sobre violência escolar, os quais figuram no tópico 2.3 “De pesquisas sobre violência escolar, a respostas da comunidade escolar a situações de violência”; e, de outro, do texto de Schilling (2016), inicialmente identificado no levantamento do IBICT, sobre o qual nos debruçamos, para alcançar a obra da autora sobre o que é justo ou injusto para professores e alunos no ambiente de aprendizado.

Pelas ideias da autora, ainda, foi possível identificar a existência de relatos de práticas solidárias ao diálogo tanto no ensino médio como no superior.

Assim, estas pesquisas trouxeram o entendimento da necessidade de buscar e alcançar uma ‘escola justa’, com o auxílio de um produto em forma de programa preventivo, na perspectiva de uma ação prática.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura para a pesquisa teórica iniciou com “apontamentos sobre a dignidade da pessoa humana”, seguida de “apontamentos sobre a noção de conflitos” e, finalizando, com “De pesquisas sobre violência escolar, a respostas da comunidade escolar a situações de violência”.

2.1 Apontamentos sobre a dignidade da pessoa humana

É de suma importância realizar apontamentos sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, pilar constitucional que visa a defesa dos direitos, individuais e coletivos em diversas áreas, de todo cidadão (BRASIL, 1988).

Essa abordagem é indispensável, uma vez que, a depender do conflito, a dignidade dos interlocutores pode ser questionada, como a do docente, que enfrenta constantes ataques inspirados pelo insidioso encorajamento ao seu desrespeito pelos alunos (VALENTE, 2012).

Nesse contexto, o cidadão, por ser um sujeito de direitos, quando confrontado em certos conflitos, tem sua dignidade colocada em risco, pois esses confrontos ocorrem, geralmente, por causa de seu *status* social (KUMAGAI; MARTA, 2010).

Assim, com o objetivo de conceituar sobre a dignidade da pessoa humana, Nunes (2009, p. 49) ensina que ela “[...] é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica”.

A dignidade da pessoa humana ainda pode ser compreendida como sendo um supra princípio constitucional, uma vez que ela se apresenta no topo dos direitos fundamentais esculpidos na Constituição Federal (NUNES, 2009).

Nesse sentido, em toda a ascensão da dignidade da pessoa humana nas Constituições brasileiras, pode-se constatar a sua gênese na Carta de 1934 e, sua importante posição como um preceito fundamental na Carta de 1988 (KUMAGAI; MARTA, 2010).

Nesse prisma, Kamugai e Marta afirmam que na Constituição de 1988,

[...] não se fez outra coisa senão considerar que o Estado existe em função de todas as pessoas e não estas em função do Estado. Assim, toda ação estatal deve ser avaliada considerando-se cada pessoa como um fim em si mesmo ou como meio para outros objetivos [...]. Procura-se, com isso, compatibilizar valores individuais e coletivos. (2010, p. 11)

Assim, na Constituição de 1988 a dignidade humana foi dimensionada sob um profundo sentimento de soberania, proteção e correlação entre os povos, enaltecendo-se as garantias individuais (KUMAGAI; MARTA, 2010).

Isso posto, pode-se classificar a dignidade da pessoa humana - sob o sistema constitucional - em níveis, normas, princípios, subprincípios e regras (MEDEIROS, 2008, p. 28-41).

2.2 Apontamentos Sobre a Noção de Conflitos

Aparentemente, demonstra-se simples conceituar conflito, todavia, não o é, pois há atualmente uma pluralidade de autores que apresentam diversas definições quanto à sua estrutura, mas, uníssonos quanto a determinados pontos referentes ao seu estudo.

O conflito é sinônimo de contenda, enfrentamento, duelo, guerra; no entendimento jurídico, prevalece o sentido de entrelaço de ideias ou interesses em razão do qual se instala uma divergência entre fatos, coisas ou pessoas (TARTUCE, 2018).

Tartuce (2018) ensina que “por haver diversas nomenclaturas para esse recorrente fenômeno nas relações pessoais, a expressão conflito costuma ser usada como sinônimo de controvérsia, disputa, lide e litígio”.

Já Chrispino (2007) esclarece que “conflito é toda a opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivem em sociedade têm uma experiência do conflito”.

Para Torrego (2003), “os conflitos são situações que opõem duas ou mais pessoas, devido a incompatibilidades ao nível de interesses, de necessidades, de desejos ou de valores”.

Em contraponto, Rayo (2004, p. 129) tem uma visão antagônica, afirmando que “o conflito pertence à natureza humana, indispensável ao crescimento e desenvolvimento das pessoas e das sociedades.”

Nesse contexto, Jares (2002) afirma que “o conflito é um fenômeno de incompatibilidade entre pessoas ou grupos, e está relacionado tanto com questões estruturais como com as mais pessoais. O conflito é um fenômeno dinâmico, dialético, é um processo social que percorre determinado itinerário com subidas e descidas de intensidade, com os seus modos de inflexão”.

Mas como surge um conflito? Segundo Neves (2011, p. 582), “para que haja um conflito é preciso que cada uma das partes interprete a situação e, depois, que haja alguma forma de oposição e incompatibilidade, e, por último, que ocorra alguma maneira de interação ou de interdependência entre as partes.”

Dessa forma, Bilhim (1996) manifesta que “[...] o conflito é um processo no qual o esforço é propositadamente feito por “A” para destruir o esforço de “B”.

Assim, diante de um conflito, alguns especialistas observam que ele tem um efeito negativo, associando-o a uma ideia de perigo ou malefício (NEVES, 2011).

Todavia, Neves (2011, p. 583) afirma que mesmo diante desse perigo e malefício que é o conflito, se este for interpretado “como algo que é necessário, deve-se encorajá-lo em termos de surgimento, no pressuposto de que o conflito é algo de benéfico para estimular a inovação e a criatividade dos comportamentos, das atitudes e das cognições.”

Nesse prisma, Chrispino (2007, p. 48) assevera que:

Compreender o conflito ajuda a regular as relações sociais; ensina a ver o mundo pela perspectiva do outro; permite o reconhecimento das diferenças, que não são ameaça, mas resultado natural de uma situação em que há recursos escassos; ajuda a definir as identidades das partes que defendem suas posições; permite perceber que o outro possui uma percepção diferente; racionaliza as estratégias de competência e de cooperação; ensina que a controvérsia é uma oportunidade de crescimento e de amadurecimento social.

Desta feita, Silva (2018, p. 11) destaca a importância em “priorizar ações pedagógicas para o desenvolvimento da autonomia moral, pois os conflitos se bem trabalhados podem tornar-se forças impulsionadoras para o desenvolvimento de indivíduos autônomos e socialmente responsáveis”.

Por fim, pode-se identificar que o conflito é uma situação de diferença de critério, de interesses ou em face de uma situação que afeta mais do que um indivíduo (AMADO; FREIRE, 2000 de posição pessoal).

2.3 De pesquisas sobre violência escolar, a respostas da comunidade escolar à situações de violência

Da busca realizada na base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), selecionou-se um conjunto de 28 (vinte e oito) dissertações, 09 (nove) artigos e 06 (seis) teses, pesquisados entre os anos de 2015 e 2020.

Com a intenção de indicar como as pesquisas abordam a questão do enfrentamento da violência, selecionou-se 10 (dez) pesquisas que aludem, no resumo, à proposição de ações para lidar com as situações de violência escolar, uma vez que elas apontam para diferentes delineamentos no modo de enfrentamento. Assim, desejou-se alinhar a compreensão do encaminhamento das pesquisas, pois todas as produções científicas selecionadas, se orientaram para ações internas ao campo da comunidade escolar, tendo como direcionamento partir da própria comunidade escolar, para pensar em ações e programas

A fim de identificar os fundamentos teóricos do recorte de dez pesquisas orientadas para pensar a violência escolar inserida no campo da comunidade escolar, elegemos um trabalho de referência, para cada documento pesquisado, o que consta em quadro específico, no item 4. Análise e discussão dos resultados.

Do amplo material pesquisado, constatou-se duas pesquisas circunscritas a políticas públicas regionais. A primeira Miranda (2016), fez menção: “[...] ao aumento das violências, no ambiente escolar, em relação às diversas situações que envolvem agressões verbais, físicas e simbólicas protagonizadas por estudantes da educação básica na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - SESP”. A segunda, Guiducci (2018), fez menção a: “acompanhar as capacitações da Rede de Apoio à Cultura de Paz no ambiente escolar, de forma a identificar obstáculos e entraves, além de observar e conhecer a percepção dos envolvidos acerca das mesmas”.

Nesse sentido, identificou-se três pesquisas que mencionam a criação de um programa: SILVA (2019), propôs elaborar reflexões e ações no contexto de: “Violência escolar: uma avaliação do programa educação para a Paz, nas escolas estaduais do município de Macapá/AP; e, Stroppa (2017), propôs pensar em profundidade a respeito da: “Violência escolar: elaboração, implementação e avaliação de um programa de intervenção”; e Panosso (2019), se dispôs a realizar uma: “Elaboração e avaliação da eficiência e eficácia de um programa de ensino para capacitar professores a avaliar e a intervir em situações de *bullying* escolar”.

Em outro ângulo, duas pesquisas mencionaram uma ação orientada para a escola e a comunidade escolar. À guisa de exemplo, Giordane (2015), aludiu que: “[...] a participação da comunidade escolar na resolução dos conflitos e na prevenção à violência são ações que podem proporcionar espaços escolares menos violentos, segundo alunos e professores”; e Santos (2019), se dispôs a “propor ações que contribuam para a melhoria do clima escolar e para o combate à violência dentro da instituição de ensino”.

Entre as pesquisas alcançadas existem três estudos com aplicação direta ao campo da comunidade escolar, à sala de aula e às situações pedagógicas específicas: SILVA (2017), reportou que: “A partir da pesquisa e dos anseios percebidos durante a pesquisa de campo, foi elaborado um Plano de ação, que buscará agir sobre o contexto escolar pesquisado”; Stefanini (2019), propôs implantar práticas restaurativas, aludindo que: “o método de pesquisa-ação teve como objetivo compreender as percepções dos professores de uma escola pública da rede estadual de educação básica de Ribeirão Preto/SP sobre violência escolar”; e Oliveira (2015), testemunhou ter realizado: “atividades sobre enquetes, para as quais exploramos temas relacionados à vivência dos

alunos a fim de obter informações acerca do universo estudantil para a promoção de outras ações pedagógicas”.

Desta feita, constatou-se que parte dos documentos pesquisados adotou o encaminhamento de ações localizadas em ambiente escolar, pensadas em conjunto pelos professores, por professores e alunos e destinadas à comunidade escolar.

Constatou-se ainda que três dessas pesquisas se inserem no âmbito de políticas públicas, incentivadas por órgão de educação e aplicadas à escola básica: quer com implicação nas séries finais do ensino fundamental, bem como ao ensino médio, regular ou Escola de Jovens e Adultos (EJA); quer incentivada por política da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo projeto Escolas da Paz.

No que concerne aos conflitos ocorridos em sala de aula, seja entre alunos ou, alunos e professores, observou-se que a gestão dessas divergências tem sido realizada pelo próprio docente, que na maior parte do tempo usa a mediação para pacificar as dissensões ocorridas em sala de aula. Essa função é realizada por um professor, às vezes qualificado de professor mediador escolar e comunitário.

Identificou-se o encaminhamento preventivo realizado por docentes, com uso de “rodas de conversa” (SILVA, 2017) e “círculo de leitura” (Stefanini, 2019)”. A fim de compreender melhor o que vem a ser o ‘círculo de leitura’, também conhecido como ‘rodas de leitura’, lançamos mão do trabalho ‘De rodas de leitura ao caleidoscópio’ (Moreira, 2011), no qual são apresentadas designações e variantes desta prática de leitura.

Schilling (2018, p. 04) indica que: “A função de professor mediador escolar e comunitário foi criada em março de 2010, como parte do Sistema de Proteção Escolar, para proteger as escolas da rede estadual de fatores de risco e vulnerabilidade e aproximar a comunidade da escola”.

Não obstante, algumas indagações foram realizadas para se chegar a uma proximidade do que seria uma escola justa. Assim, fazendo um recorte das indagações de Schilling (2018, p. 04), destacam-se os seguintes questionamentos: “A formalização das práticas de justiça leva a mais justiça? O professor justo é aquele que recebeu o título de professor mediador? Não é possível ser justo sem ter tido a capacitação? [...]”.

Para responder a esses questionamentos primeiramente se faz necessário compreender, a partir do entendimento de Schilling (2018) que o professor se coloca à frente no campo de batalha para lidar com situações tensas, com temas acalorados ao debate, lidando com dúvidas da sociedade e que em alguns momentos pode gerar insegurança.

Respondendo-se então aos questionamentos acima, Schilling (2018, p. 04) cita os ensinamentos de Tibério (2011, p.26), descrevendo que:

Nesse sentido, podemos considerar que ao se buscar a garantia de justiça do ponto de vista de um segmento que compõe a escola, por meio da objetivação e normatização de certas condutas, se tem criado uma condição de fragilidade de outro segmento e assim incitado esse à demanda de garantias através do mesmo mecanismo. É necessário proteger os alunos dos professores, é necessário proteger os professores dos alunos, é necessário proteger a escola de alunos e professores, no limite, é necessário proteger a sociedade.

Nesse sentido, concorda-se com os pensamentos de Schilling (2018), uma vez que práticas voltadas para a escola justa, produzem resultados tanto nos alunos quanto nos professores e gestores escolares, alterando profundamente o relacionamento da comunidade escolar, promovendo caminhos no campo da educação e propiciando diferentes percepções do que é uma escola.

Desta feita, o foco deste artigo é aceitar que existem motivos para a violência, porém, em antítese, há programas voltados à prevenção e que estimulam a escola justa.

Para tanto, a proposta desta produção científica deseja constatar que existem instrumentos capazes de denunciar as situações de violência no âmbito da aprendizagem, propondo-se, ainda, em trabalhar no levantamento de um caminho de prevenção.

3. METODOLOGIA

A pesquisa acolheu a análise documental, conforme explicita Gil (2009), assemelhando-se à pesquisa bibliográfica, contendo como diferença singular, entre ambas, a natureza de sua origem.

Nesse sentido, Gil (2009, p. 51) afirma que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa adotou o encaminhamento da pesquisa bibliográfica, ao fazer o levantamento, como já foi dito, em documentos em base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Esse procedimento nos aproximou, de um lado, de programas e de ações coordenadas de enfrentamento da violência no âmbito escolar, e de outro, a partir de Schilling (2016), “Direitos, violência, justiça: reflexões”, de trabalhos da autora e de co-autores. Do documento com identificação de falas de sujeitos das áreas docente, discente e administrativa de uma escola, “Direitos, violência, justiça: reflexões” (Schilling, 2012), pinçamos as que poderiam oferecer um panorama sintético e representativo do que viria a ser uma escola justa.

A aproximação com Schilling permitiu um procedimento de pesquisa documental ao identificar, analisar e segmentar falas de professores e alunos.

Dessa forma, tomando por referência a análise documental, por meio da sistematização de conteúdo de falas de professores e alunos do ensino superior, trazidas por Schilling, buscou-se apontar caminhos possíveis para uma escola justa.

Nesse processo, o diálogo com tipos de dinâmicas sugeridas em pesquisas que indicaram programas e ações coordenadas de enfrentamento da violência, permitiu a proposição de dinâmicas a serem aplicadas entre professores e alunos no ensino superior.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para desenvolver uma aproximação com o campo temático violência escolar, depois de realizar a pesquisa bibliográfica, que permitiu identificar dez trabalhos que consideram a possibilidade de compreensão e enfrentamento do fenômeno no âmbito da comunidade escolar, alcançou-se os principais teóricos de fundo desses trabalhos. procurou-se identificar se havia alguma resposta da própria comunidade escolar, frente à violência escolar.

Da análise destes trabalhos, alcançamos falas sobre a “escola justa”, obtidas de alunas do Ensino Superior.

Estas falas depois de identificadas, segmentadas e estruturadas, constituíram o roteiro para o desenvolvimento do produto “Caderno de boas práticas no ensino superior”.

4.1. Dez trabalhos selecionados e principal autor de fundo utilizado

Quadro 1 - Síntese: Teóricos de fundo de 10 trabalhos alusivos a respostas da comunidade escolar, à violência escolar."

AUTOR	ANO	REFERÊNCIA TEÓRICA DE FUNDO
GIORDANI, J. P.	2015	ABRAMOVAY, M. Escola e Violência . Brasília: UNESCO Brasil, 2002.
GUIDUCCI, J. A.	2018	ORSINI, A. G. S.; GUERRA, A. M. C.; LIMA, N. L. Capacitação de Formadores em Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar . Belo Horizonte, RECAJ / UFMG, 2014.
OLIVEIRA, S. B.	2015	PRIOTTO, E. P. Violência Escolar: Políticas públicas e práticas educativas . Dissertação de Mestrado em Educação. PUCPR. Curitiba, 2008. Brasil
PANOSSO, M. G.	2019	SILVA, J. L.; OLIVEIRA, W. A.; BAZON, M. R.; CECILIO, S. (2014). Bullying: Conhecimentos, atitudes e crenças de Professores . <i>Psico</i> , 45 (2), 147-156. doi: http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.12683 .
SANTOS	2019	STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente . <i>Temas em Psicologia</i> , São Paulo, v. 18, n. 1, p.45-55, abr. 2010.
SCHILLING, F.	2016	GIROUX, Henry. Teoria, crítica e resistência em educação . Petrópolis: Vozes, 1986.
SILVA, M. A.	2017	ABRAMOVAY, M et. al. <i>Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília</i> : Edições UNESCO, 1999.
SILVA, M. R. F.	2019	SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência . São Paulo:[s.n], 2001. Disponível em:< http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file >. Acesso em: 06 abr.2018.
STEFANINI, J. F.	2019	FREIRE, P. Pedagogia da Tolerância . 5 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.
STROPPIA, T. V. S.	2017	STELCO-PEREIRA, A. C. Avaliação de um programa preventivo de violência escolar: planejamento, implantação e eficácia. (Dissertação de Doutorado).2012.Universidade Federal de São Carlos. Brasil

Fonte: Autores (2021)

Chama a atenção a recorrência de 2 autores de fundo utilizados para a compreensão da relação da escola com a violência: Abramovay (1999) e Abramovay (2002) tentam caracterizar a violência do geral, para o particular; por outro lado, Stelko-Pereira (2010) e Stelko-Pereira (2012) apresentam definição da expressão violência escolar e programa preventivo de violência escolar. Em perspectiva complementar, Sposito (2001) nos mostra a relação da instituição escolar com a violência.

Silva, J. L (2019) desenvolveu reflexão sobre Bullying e sistema de crença de professores sobre o assunto.

No campo de estudo de práticas, destacamos os trabalhos Orsini (2014) "Capacitação de Formadores em Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar"; e Priotto (2008) "Violência Escolar: Políticas públicas e práticas educativas".

Com encaminhamento complementar à identificação, definição e enfrentamento direto da violência, indicamos os autores de fundo Freire (2016), "Pedagogia da Tolerância"; e, Giroux, "Teoria, crítica e resistência em educação". Eles propõem oferecer

à escola um lugar de protagonismo e resistência, aberto ao diálogo e tolerância, ao confrontar diferentes visões sobre o assunto, no âmbito da comunidade escolar.

4.2. Hierarquia de falas sobre escola justa e pesquisa teórica

A partir do artigo de Schilling (2016) obtido na pesquisa bibliográfica, alcançou-se um conjunto correlato de documentos de autoria da pesquisadora (2016, 2017 e 2018).

Desta feita, estabeleceu-se o diálogo entre este material e as 03 (três) pesquisas identificadas na bibliografia, as quais propõem programas preventivos da violência escolar. São elas: Silva (2017), Stefanini (2019) e Oliveira (2015).

Esses programas alcançaram ações práticas voltadas para a comunidade escolar.

Com o intuito de criar uma ação coordenada na educação superior, sugere-se a seguir indicações para um programa preventivo a ser desenvolvido.

Tomando como referência as propostas de roda de conversa de Silva (2017), de círculo de leitura de Stefanini (2019) e de enquête de Oliveira (2015), propõe-se um programa sobre escola justa, a ser usado como detonador durante o levantamento de percepção de alunos e professores sobre violência escolar.

Para produzir o conjunto de dinâmicas que compõem o programa, foram selecionadas e encadeadas falas do grupo de professores e alunos pesquisados por Schilling (2012).

Dessas falas encadeadas, sugere-se a criação de jogral, seguido de roda de conversa, para propor ações solidárias entre alunos e entre alunos e professores.

A hierarquia de falas apresenta indicações para a estrutura de temas do jogral.

A seguir, o quadro sobre: O que é “escola justa”, a partir de falas que denotam a percepção de alunos, professores e gestores do Ensino Médio e Superior sobre a “escola justa”, a partir de Schilling (2012, p. 226-228):

Quadro 2 - Síntese: O que é “escola justa”? Adaptado de Schilling (2012, p. 226-228), por MOTA (2021).

Síntese	Fala de aluno de ensino superior
Aluno, escolhas e respeito	Uns respeitando os outros. Porque se envolve respeito, tudo muda, e quem faz a escola é o aluno. Em que cada aluno fosse analisado individualmente. Que cada estudante fosse respeitado por suas dificuldades e ajudado.
Valor pessoal e estrutura	Compreensão do aluno, perguntando a ele o que ele quer que melhore naquele ambiente. Onde dá valor ao que tem e respeita e valoriza cada passo que está “ali”. Onde a estrutura da escola fosse boa.
Ausências positivas	Sem preconceitos, onde todos visem os mesmos direitos e deveres. Sem desigualdade, direitos respeitados. Sem violência.
Presenças positivas	Com a colaboração de todos unidos. Com a concordância de alunos e professores. Com respeito e comprometimento
Como lidar com a divergência	Ouvir as versões diferentes das pessoas. Saber dos fatos antes de aplicar punição. Tratar as coisas educadamente.

Fonte: Autor (2021)

4.3 O “Caderno de boas práticas” em forma de jogral como produto da pesquisa

Conceituando-se o termo jogral, este começou a ser usado a partir do século XII para designar a pessoa que divertia o povo com a prática de várias habilidades, “como intérpretes, palhaços, adestradores de animais acrobatas e manipuladores de fantoches” (ROCHA, 2013, p.22).

Partiu-se do Quadro 2 para montar um “Caderno de boas práticas” contendo 9 jograis para trabalhar as questões da violência escolar. Nesse contexto, buscou-se inspiração em Schilling (2012) e nas falas sobre escola justa, para definir os temas dos jograis; nos “Jogos Teatrais” de Spolin (2008), juntamente com suas respectivas fichas, para definir a estrutura de cada jogral; bem como no texto “De rodas de leitura ao caleidoscópio”, de Moreira (2011) para a aproximação entre jogral e roda de leitura, a partir de cada dinâmica proposta.

Quadro 3 - Caderno de boas práticas: a “escola justa” no ensino superior: adaptado por MOTA (2021).

Jogral	Tema	Detonador
1	Preconceito, desigualdade e a violência no ambiente de aprendizado.	Poema
2	Extrospecção e Introspecção: Identificar o ambiente em que está inserido e as dificuldades vividas por cada um.	Poema
3	Observação de sociograma de cada jogador	Leitura de texto e itens a responder
4	Analogia a partir de audiovisual x vida real: desigualdades e violência	Vídeo e música
5	A empatia: Trabalhar o lado afetivo, e o lado cognitivo de cada um e identificar os reguladores de emoções.	Vídeo de música popular
6	Presença Positiva: cooperação e colaboração no ambiente de aprendizado.	Dinâmica corporal, a partir de desenho
7	Respeito e comprometimento.	Dinâmica corporal
8	Desenvolver a percepção da escuta e identificar virtudes.	Dinâmica a partir de escrita
9	Lidar com as divergências para estimular o trabalho em equipe	Dinâmica corporal

Fonte: Autor (2021)

Desta feita, ao elaborar o jogral, optou-se em trabalhar com técnicas lúdicas por meio da literatura, textos poéticos, dinâmicas, audiovisuais (videoclipes) e suas letras; fazendo uso de detonadores perceptivos sensoriais para provocar no participante (jogador) um processo de reflexão.

Foram planejadas técnicas lúdicas seguindo uma estrutura a se repetir a cada encontro. Esta estrutura recorrente tem o objetivo de servir de guia para o professor facilitador.

Quadro 4 - Estrutura de cada jogral para apoio do professor facilitador, inspirado em SPOLIN (2008) e adaptado por MOTA (2021).

Item	Estrutura de fichas de trabalho	Descrição
1	Tema	Título identificando a questão principal a ser trabalhada na atividade
2	Professor facilitador	Apresentação resumida das atividades para o grupo saber quais serão as etapas de cada dia
3	Aquecimento	Atividade inicial para estimular a concentração para a realização da atividade principal
4	Preparação	Convite à participação de todos e indicação de como será a atuação de cada um na atividade principal
5	Foco	Estabelecer pontos-chaves da atividade
6	Descrição	Descrição prévia de diferentes etapas das atividades
7	Instrução	Explicação seguida de perguntas prévias sobre cada atividade
8	Avaliação	Momento posterior de breve compartilhamento de cada atividade
9	Notas	Discussão da relação do tema com o trabalho realizado

Fonte: Autor (2021)

Assim, montou-se um conjunto de 9 jograis como jogos-piloto, a serem realizados em grupo, sob a condução de um Professor Facilitador, que se convencionou chamar de Caderno de boas práticas: a “escola justa” no ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que pesquisadores de norte a sul, de leste a oeste do Brasil acolheram o tema de violência escolar nos últimos cinco anos. A análise das pesquisas por nós estudadas, demonstrou a existência de uma cultura de enfrentamento da violência escolar no ensino fundamental, ensino médio e superior no âmbito da comunidade escolar.

Ações planejadas com alcance regional ou local direcionaram-se para realizações de práticas para este fim no ambiente de aprendizado, estimulando o diálogo entre professor e aluno.

As pesquisas estudadas segmentaram-se entre abordagem teórica e prática, porém consideramos que o entendimento da questão não aparta a teoria da prática, mas pede uma compreensão que se adquire com o entendimento das indicações teóricas da violência escolar e das possíveis aplicações práticas de enfrentamento.

A partir do que foi ensinado pela cultura escolar de prevenção da violência, alinhou-se falas que afloraram de depoentes alunos e professores a uma dinâmica a ser aplicada em uma campanha interna de prevenção da violência no ensino superior.

Esta campanha tem potencial para ser aplicada a outras situações pedagógicas.

Espera-se que o jogral sobre escola justa sirva de detonador da percepção da violência escolar por alunos e professores no ensino superior, e proporcione caminhos para uma campanha interna em cada instituição que for aplicado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M et. al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Brasília: Edições UNESCO, 1999.

ABRAMOVAY, M. **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

AMADO, J.; FREIRE, I. **Indisciplina e violência na escola: compreender para prevenir**. Porto: Edições Asa, 2002.

BILHIM, J. **Teoria organizacional: estruturas e pessoas**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 1996

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007. Disponível em: com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7830. Acesso em: 18 abr. 2021.

DERRIDA, J. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 2009.

GIORDANI, J. P. **Violência escolar: formas de manifestação e fatores associados**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do sul, 2015.Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140825>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GIROUX, Henry. **Teoria, crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIDUCCI, J. A. **Implantação da rede de apoio à cultura de paz no ambiente escolar na Superintendência Regional de Ensino de Ubá**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7104>. Acesso em: 21 nov. 2021.

JARES, X. R. **Educação e conflito**. Guia de Educação. Porto: Edições ASA, 2002.

KUMAGAI, C.; MARTA, T. N. Princípio da dignidade da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico>. Acesso em: 18 mar. 2021

MEDEIROS, B. R. **Trabalho com dignidade: educação e qualificação é um caminho?**. São Paulo: LTR, 2008.

- MIRANDA, E. D. R. **Professor mediador escolar e comunitário – (PMEC):** problematizando as consideradas boas práticas. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2016
- MOREIRA, C. M. A. De rodas de leitura ao caleidoscópio. *In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL*, 13., 2011, Campinas, SP. **Anais**. [...]. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- MOTA, G. N. **Reflexões Sobre “Escola Justa” na Educação Superior:** Diálogos Entre Professor e Aluno. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído) - Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2021.
- NEVES, M. M. B. J. **Queixas escolares:** conceituação, discussão e modelo de atuação. São Paulo: Alínea, 2011.
- NUNES, R. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana:** doutrina e jurisprudência. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009
- OLIVEIRA, S. B. **A revalorização da palavra nas aulas de língua portuguesa:** uma proposta de ação perante a violência escolar. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal do Pará, Pará, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8039>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ORSINI, A. G. S.; GUERRA, A. M. C.; LIMA, N. L. **Capacitação de formadores em práticas restaurativas no ambiente escolar.** Belo Horizonte, RECAJ : UFMG, 2014.
- PANOSSO, M. G. **Elaboração e avaliação da eficiência e eficácia de um programa de ensino para capacitar professores a avaliar e a intervir em situações de bullying escolar.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade federal de São Carlos, São Paulo (UFSCar), 2019
- PRIOTTO, E. P. **Violência escolar:** políticas públicas e práticas educativas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- RAYO, J. T. **Educação em direitos humanos:** rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ROCHA, J. M. F. **Espetáculo Jogralesco:** o gesto vocal. 2013 Dissertação (Mestrado em. Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14733>. Acesso em: 24 out. 2021.
- SANTOS, F. N. B. **Um estudo de caso sobre a violência escolar em uma instituição pública estadual do interior de Minas Gerais.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em; <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11613>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SCHILLING, F. **Direitos, violência, justiça**: reflexões. 2012. Tese (Doutorado em Livre Docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, São Paulo, 2012.

SCHILLING, F. Mediação de conflitos, justiça restaurativa: caminhos para uma escola mais justa? **ETD- Educação Temática Digital Campinas**, São Paulo, v.20, n.2, p. 325-342, abr./jun. 2018.

SCHILLING, F.; ANGELUCCI, C. B. Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.161, p.694-715, jul./set. 2016.

SILVA, J. L.; OLIVEIRA, W. A; BAZON, M. R.; CECILIO, S. (2014). Bullying: conhecimentos, atitudes e crenças de Professores. **Psico**, v.45, n.2, P.147-156. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.12683>. Acesso em: 21 mar.2021

SILVA, Marcos Aparecido. **Violência escolar**: estudo de caso de uma escola pública estadual da Zona da Mata Mineira. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/7220/1/marcosaparecidodasilva.pdf>. Acesso em: 4 abr.2021

SILVA, M. J. **Conflitos no contexto escolar**: estratégias de monitoramento em busca de uma cultura de paz. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15281/1/MJS20112018.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

SILVA, M. R. F. **Violência escolar**: uma avaliação do programa educação para paz, nas escolas estaduais do município de Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado em Pedagogia)-Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=92515>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SPOLIN, V. **Jogos Teatrais para a sala de aula**: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência**. São Paulo:[s.n], 2001. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file. Acesso em: 06 abr.2018.

STEFANINI, J. R. **Pesquisa-ação e práticas restaurativas para a prevenção da violência escolar**: percepções dos professores. 2019. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica)-Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-07082019-191518/pt-br.php>. Acesso em: 18 mar. 2021.

STELCO-PEREIRA, A. C. **Avaliação de um programa preventivo de violência escolar:** planejamento, implantação e eficácia. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

STELCO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.45-55, abr. 2010.

STROPPIA, T. V. S. **Violência escolar:** elaboração, implementação e avaliação de um programa de intervenção. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal de Juiz, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4267>. Acesso em: 25 mar. 2021.

TARTUCE, F. **Mediação nos conflitos civis**. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018.

TIBÉRIO, W. **A judicialização das relações escolares:** um estudo sobre a produção de professores. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TORREGO, J. C. **Mediação de conflitos em instituições educativas:** manual para formação de mediadores. Porto: Edições ASA, 2003.

VALENTE, G. **Os Anos Devastadores do Eduquês**. Lisboa: Editorial Presença, 2012.